

DAQUI HOUVE NOME O ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO: O FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO RÉGIO NO CASTELO DE SÃO JORGE (SÉCULOS XIV A XVIII)¹

por

Fernanda Ribeiro²

Resumo: Após breves referências ao arquivo régio antes da sua fixação no Castelo de São Jorge, aborda-se a sua instalação neste local no 3.º quartel do século XIV e a organização e funcionamento do mesmo ao longo de toda a Idade Moderna. Realçam-se os momentos de especial empenho e interesse da Coroa com o objetivo da preservação dos documentos e da criação de instrumentos para um eficaz acesso e recuperação da informação, bem como períodos mais sombrios em que o arquivo foi negligenciado e sofreu mesmo perdas irreparáveis. Nesta visão panorâmica, tem particular relevância a ação de D. Manuel I e de D. João III no sentido da “reforma do arquivo”, no século XVI, bem como a intensa produção de índices e inventários na primeira metade do século XVIII, configurando um período de verdadeira ascensão do Arquivo da Coroa. Seguiu-se uma fase de queda nefasta, em consequência do terramoto de 1755, que provocou o desmoronamento da torre do Castelo em que o arquivo estava instalado e uma reorganização dos fundos segundo critérios metódicos, inspirados já pelo pensamento das Luzes.

Palavras-chave: Arquivo da Coroa, séc. XIV-XVIII; Castelo de São Jorge, Lisboa; Organização arquivística.

Abstract: After brief references to the royal archives before it was established in the Castle of São Jorge, it is discussed its installation in this location in the third quarter of the 14th century and its organisation and operation throughout the Modern Age. The moments of the Crown's special commitment and interest in preserving documentation and creating instruments for effective access and retrieval of information are emphasised, as well as darker periods when the archives was neglected and even suffered irreparable losses. Of particular importance in this overview is the action taken by Kings Manuel I and João III to ‘reform the archives’ in the 16th century, as well as the intense production of indexes and inventories in the first half of the 18th century, which was a period of true ascension for the Crown Archives. This was followed by a period of disastrous decline as a result of the earthquake in 1755, which caused the castle tower in which the archives was housed to collapse, and a reorganisation of the documents according to methodical criteria inspired by Enlightenment thinking.

Keywords: Crown archives, 14th-18th centuries; Castle of São Jorge, Lisbon; Archival organisation.

¹ Texto da comunicação apresentada no colóquio “Usos do Castelo: produção textual e arquivo documental”, organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, pelo Castelo de São Jorge e pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, 16 e 17 de março de 2023).

² Universidade do Porto – Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”. Via Panorâmica, s/n, 4150-164 PORTO. <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>. ORCID: 0000-0002-5641-9199. Email: fribeiro@letras.up.pt.

1. A INSTALAÇÃO DO ARQUIVO RÉGIO NO CASTELO DE SÃO JORGE

Consumada a independência do Condado Portucalense e fundado o reino de Portugal, a chancelaria passou a atuar como serviço régio, produtor dos documentos emanados da atividade administrativa do Rei e da Coroa (AZEVEDO, 1940; COELHO & HOMEM, 1995), estando, portanto, na origem do arquivo central da administração, que veio a estabelecer-se em Lisboa por alturas da fixação da corte nesta mesma cidade, em finais do reinado de D. Afonso III ou início do de D. Dinis. Mas o facto de só a partir desta altura, ou mais seguramente no reinado de D. Fernando, se ter fixado em Lisboa o arquivo da Coroa não significa que anteriormente não houvesse produção de documentos régios e um arquivo ambulante, que acompanhava a corte nas suas deslocações pelo País. A prova disso é que temos conhecimento da existência de uma chancelaria condal no tempo de D. Henrique e D. Teresa (de 1095 a 1128) e sabemos que no reinado de D. Afonso Henriques se iniciou a atividade da chancelaria régia, datando de 27 de abril de 1128 o primeiro ato do infante Afonso Henriques — a confirmação da carta de privilégio à cidade de Guimarães (COSTA, 1975, 147).

A inexistência de um arquivo fixo, nos primeiros reinados da Monarquia, levava a que se fizessem vários exemplares dos mais importantes diplomas emitidos pela chancelaria régia, os quais eram depositados em cartórios de mosteiros e conventos, como, por exemplo, os do Mosteiro de S. Vicente de Fora, do Convento de Santa Cruz de Coimbra, do Convento da Costa em Guimarães ou do Mosteiro de Alcobaça, até porque, em diversos casos, esses documentos eram aí redigidos pela mão de escribas monásticos (RIBEIRO, 1819, 5-8, 11-12; AZEVEDO & BAIÃO, 1989, 13; PESSANHA, 1906, 458; COSTA, 1994, 97-98).

Apesar da instabilidade política e do carácter ambulante da corte, a chancelaria régia começou cedo a evidenciar uma atividade regular e a dar sinais de uma boa organização. Logo no reinado de D. Afonso II, surge o primeiro livro de registo da chancelaria, que abrange os anos de 1217-1221 (AZEVEDO, 1967) e que é dos mais antigos das chancelarias reais europeias. O registo dos documentos expedidos pela chancelaria régia pode-se considerar o primeiro instrumento de controlo e de acesso à informação do Arquivo da Coroa, permitindo a pesquisa retrospectiva, com a finalidade de localizar e identificar os documentos expedidos pelo serviço administrativo do rei e da corte. Desta forma, a própria chancelaria, que produzia os documentos resultantes dos atos e decisões dos monarcas, servia simultaneamente de arquivo, o que se comprova pelo facto de emitir certidões de documentos que conservava (RIBEIRO, 1819, 12).

A chancelaria régia sofreu uma evolução no sentido de uma cada vez mais intensa e regular atividade, patente na quantidade e diversidade de documentos expedidos e

respetivo registo, o que certamente criou a necessidade de a estabelecer num local fixo. Vários autores discutem a cronologia relativa à fixação da chancelaria e do arquivo em Lisboa, podendo numa primeira fase ter estado instalados num mesmo local e, mais tarde, o arquivo se ter autonomizado em termos de localização.

Cristóvão Benavente, escrivão do Arquivo da Torre do Tombo no século XVI (DINIS, 1968, 152-158), José Pedro Miranda Rebelo (1904, 6-7) ou José Pessanha (1906, 459) afirmam que a “fundação” do arquivo real ocorreu aquando da fixação da residência dos reis em Lisboa, no “paço roqueiro da Alcaçova”, durante o reinado de D. Dinis, posição também defendida por José Pereira da Costa (1980), que considera muito provável que o arquivo régio tenha estado instalado na Torre da Escrivania antes de ser transferido para o “Castelo de Lisboa” no reinado de D. Fernando. Contudo, não apresentam comprovação documental das suas afirmações.

Por outro lado, temos autores que apontam o reinado de D. Fernando como a época em que o arquivo da Coroa se fixou no Castelo de São Jorge. Defendem esta tese João Pedro Ribeiro (1819), José Silvestre Ribeiro (1871, 327-342), J. de Vilhena Barbosa (1874), Pedro de Azevedo e António Baião (1989) e autores mais recentes, como António Cruz (1975) e José Pereira da Costa (1994).

Apesar da controvérsia, o que temos como seguro é que a mais antiga referência conhecida relativamente à existência de um arquivo fixo, no qual se guardavam os documentos da Coroa portuguesa, situado numa das torres do Castelo de São Jorge, em Lisboa, aparece documentada em 1378. João Pedro Ribeiro nas suas *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo* refere que “...no Reinado do senhor D. Fernando, em data de 4 de Novembro da Era de 1416, expedio o Vedor da Chancellaria huma Provisão a João Annes, Vedor da Fazenda para este passar huma Certidão da Torre do Castello de Lisboa...” (RIBEIRO, 1819, 13).

Sabemos também que, a partir do momento em que o Arquivo da Coroa se estabeleceu numa das torres do Castelo de São Jorge — denominada Torre do Tombo por aí se conservarem as escrituras do “tombo”, termo que se referia ao chamado livro de *Recabedo Regni*, ou seja, livro das receitas da Coroa — os registos da chancelaria passaram a dar entrada no arquivo logo que deixavam de ter uso administrativo corrente, normalmente alguns anos após a morte dos monarcas (AZEVEDO 1906), o que leva a concluir que já havia uma efetiva separação entre a chancelaria e o arquivo.

O ACERVO DO ARQUIVO DA COROA

O conhecimento sobre a documentação que era guardada no Arquivo da Coroa ou Real Arquivo (nomes pelos quais era normalmente designado até ao século XIX, antes de ser rebatizado como Arquivo Nacional da Torre do Tombo e de sofrer mudanças estruturais na sua missão, organização e funcionamento) baseia-se em relatórios feitos por funcionários do Arquivo e concentra-se em algumas obras sobre a história da Torre do Tombo, que serviram de suporte a esta síntese sobre o acervo documental, no período que aqui nos ocupa³.

Embora haja estudos sobre a produção da chancelaria régia desde o início do seu funcionamento e sobre a documentação que progressivamente era transferida para o arquivo da Torre do Tombo, o mais antigo e mais completo testemunho que se conhece sobre o acervo documental do arquivo régio é uma carta do escrivão Tomé Lopes a D. João III, com data de 2 de março de 1526. Nela dava conta do estado do arquivo e arrolava os documentos que até à época aí se guardavam (PESSANHA, 1906). Posteriormente, complementou a informação contida nesta carta por dois outros documentos que ele próprio designou por “emvemtayros” (um de 1529 e outro de 1532), os quais permitem avaliar a importância atribuída ao arquivo e o cuidado que era posto na conservação do seu acervo.

Igualmente importante é o relatório que Cristóvão Benavente enviou a Filipe I, com data de 1583, sobre o funcionamento do arquivo, no qual enumera a documentação existente e aquela que, em seu entender, aí devia ser recolhida. Nesta época começam a surgir em vários países da Europa os arquivos de Estado, que concentram a produção documental da administração central, nomeadamente aquela que deixava de ter uso corrente ou que havia sido produzida por organismos extintos, tanto públicos como privados. No caso português podemos eleger como exemplo de cartórios privados, os fundos das chancelarias das Ordens Militares (AZEVEDO & BAIÃO, 1989).

Mas se as incorporações contribuíam para, progressivamente, aumentar o acervo documental do arquivo, outras medidas tiveram um efeito inverso, conduzindo a perdas e mesmo eliminações deliberadas de documentos. Por razões de ordem funcional e pragmática, desde cedo se procedeu à seleção e eliminação de documentos, pelo facto de não serem considerados necessários. No reinado de D. Afonso V, sendo guarda-mor Gomes Eanes de Zurara, foram mandadas fazer cópias de livros antigos da chancelaria, sucedendo-lhes a destruição dos livros antigos (RIBEIRO, 1810, 325-326).

³ Sobre o Arquivo da Torre do Tombo e o seu acervo, no período que medeia entre o século XIV e o século XVIII, de que nos ocupamos neste texto, podem consultar-se, por exemplo, as seguintes obras: RIBEIRO, 1819; AZEVEDO & BAIÃO, 1989; COSTA, 1980; ALBUQUERQUE, 1990; RIBEIRO, 2003a; RIBEIRO, 2020.

Idêntica medida foi posta em prática nos reinados de D. Manuel I e D. João III, entre 1504 e 1538, ficando conhecida por *Leitura Nova*. Consistiu na elaboração de 61 códices, escritos em pergaminho e artisticamente iluminados, constituídos por cópias de documentos mandados tresladar de livros da chancelaria e de “gavetas”, que já não eram “decifráveis” para os funcionários do arquivo, pelo facto de já não serem capazes de ler as escritas mais antigas (MARQUES, 1975). Embora esta “reforma do arquivo” tenha provocado, mais uma vez, eliminações de documentos, ela estendeu-se a outros aspetos relativos à organização, instalação e acondicionamento dos documentos, o que muito contribuiu para o seu exemplar funcionamento. A qualidade do trabalho realizado no Arquivo da Torre do Tombo foi, anos mais tarde, reconhecida pelo rei Filipe I, que se serviu do exemplo do arquivo português como modelo para inspirar a instalação e o funcionamento do Arquivo de Simancas, cujo regulamento foi considerado durante muito tempo como o primeiro texto regulamentador de um arquivo de Estado na Europa. A investigação levada a cabo por José Luis Rodríguez de Diego veio, precisamente, mostrar que o relatório do escrivão Cristóvão Benavente, elaborado a pedido do monarca, sobre o acervo, a organização e o funcionamento do Arquivo da Torre do Tombo esteve na base da elaboração do regulamento de Simancas (RODRIGUEZ DE DIEGO, [1989?]).

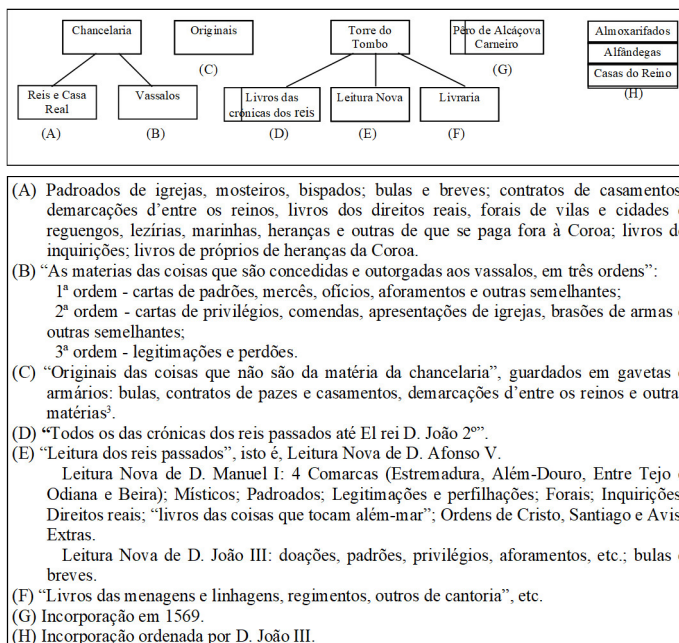


Fig. 1. Acervo do Arquivo da Torre do Tombo em 1583. Fonte: Silva *et al.* 1999, 86

A Fig. 1 ilustra a estrutura orgânica do Arquivo da Torre do Tombo e foi elaborada com base em fontes coevas, designadamente os relatórios de Tomé Lopes, de 1526, 1529 e 1532 (PESSANHA, 1906), correspondência trocada entre o guarda-mor Damião de Góis e o rei, em 1569 (VITERBO, 1895, 19-20), e o relatório do escrivão Cristóvão Benavente, de 1583 (RODRIGUEZ DE DIEGO, [1989?]). Mas o acervo que o arquivo conservava em finais do século XVI foi, nas décadas seguintes, delapidado e maltratado, devido ao desleixo dos funcionários e ao desinteresse dos poderes públicos, acabando por sofrer com alguns atos de vandalismo. Dessa situação dá conta o relatório do escrivão Jorge da Cunha, datado de 29 de maio de 1631, o qual foi analisado e publicado por Virgínia Rau (1945). E, um século mais tarde, voltou novamente a sofrer perdas e a ser alvo de uma profunda desorganização, aquando do terramoto de 1755, que fez ruir a torre do Castelo de São Jorge onde o arquivo estava instalado (BROCHADO 1944, 1945).

Apesar das vicissitudes sofridas, é possível conhecer relativamente bem o acervo do Arquivo da Coroa na época moderna, não só através dos relatórios dos escrivães acima referidos como também de alguns inventários manuscritos dos “livros e papeis” existentes nos armários e gavetas da Casa da Coroa, dos quais merecem especial realce os seguintes:

- um manuscrito existente na Biblioteca da Ajuda, intitulado *Livros e papeis que estão nos almarios da Caza da Coroa*, que, embora não estando datado, se reporta ao século XVII, pois a documentação mais moderna que refere é do reinado de D. João IV, e no qual são referidos 15 armários com livros e documentos⁴;
- o *Alfabeto mistico*, feito por António Dantas Barbosa (1729-1730), que se conserva manuscrito na própria Torre do Tombo e que já refere 20 armários⁵;
- um índice em dois volumes, intitulado *Indice dos documentos que se guardavam nas XX gavetas antigas deste Real Archivo da Torre do Tombo* (AZEVEDO & BAIÃO, 1989, 24);
- um inventário de 1776, elaborado no tempo do guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, que permanece manuscrito, e do qual existe um extrato, feito por José Pedro Miranda Rebelo ainda nos finais do século XVIII e publicado em 1904, onde consta a existência de 26 armários (REBELO, 1904).

Com base nos relatórios e nos inventários referidos, tivemos oportunidade de abordar a estrutura primitiva do Arquivo da Coroa, num trabalho publicado em 2003, que fornece mais informação sobre o acervo documental da Torre do Tombo neste período e para o qual remetemos o leitor (RIBEIRO, 2003b).

⁴ Publicado em Ribeiro 2003a, vol.1, 598-605.

⁵ Publicado em Ribeiro 2003a, vol.1, 606-622.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO DA COROA

Um aspeto essencial do funcionamento do arquivo é a informação de que dispomos sobre os seus responsáveis e o pessoal que nele trabalhava. João Pedro Ribeiro (1819) afirma que o arquivo começou por estar a cargo do vedor da fazenda João Anes (c. 1387), e por isso mesmo ele é considerado o primeiro guarda-mor (hoje equivaleria a diretor). Na lista de guardas-mores temos, em quarto lugar, o cronista Fernão Lopes, que aparece referido como “guardador das escripturas do tombo” num documento de 1418, embora se ignore a data em que foi encarregue do arquivo. António Baião considera que é “com Fernão Lopes que o arquivo adquire autonomia, isto é, passa a ter serventuários próprios” (BAIÃO 1936, 111). Sucedeu-lhe Gomes Eanes de Zurara, que como o seu antecessor acumulou as funções de cronista-mor do Reino, situação que se verificou também com Rui de Pina, Fernão de Pina, Damião de Góis ou António de Castilho (AZEVEDO & BAIÃO, 1989, 212-215, A-34).

A partir do reinado de D. Duarte começam a surgir referências a escrivães e a outros funcionários, como guardas, porteiro e varredor e, no século XVIII, escreventes (ajudantes dos escrivães) e “officiaes de reformação”, nomeados com o objetivo de produzirem índices da documentação e cópias de documentos para a Real Academia da História Portuguesa, criada por D. João V em 1720.

O quadro que se segue sintetiza a informação que foi possível compilar sobre o pessoal afeto ao Arquivo da Torre do Tombo, desde a sua criação até meados do século XVIII, tempo em que esteve instalado no Castelo de São Jorge.

Quadro 1. Pessoal do Arquivo da Torre do Tombo, do século XIV ao século XVIII

Data	Categoria	Vencimento anual
c.1387	Guarda-mor	
1408	Guarda-mor	
	Escrivão (?)	
1467	Guarda-mor	
	Escrivão	
1496-1556	Guarda-mor	12 mil réis
	Escrivão	4 mil e 800 réis
1556	Guarda-mor	60 mil réis
	Escrivão	30 mil réis
1572	Guarda-mor	100 mil réis
	Escrivão	30 mil réis
	Guarda (2)	20 mil réis
	Porteiro	12 mil réis
	Varredor	8 mil réis

Data	Categoria	Vencimento anual
1606	Guarda-mor	200 mil réis
	Escrivão	30 mil réis
	Guarda (2)	20 mil réis
	Porteiro	12 mil réis
	Varredor	8 mil réis
1676	Guarda-mor	200 mil réis
	Oficial para a reformação (2)	40 mil réis
	Escrivão	30 mil réis
	Guarda (2)	20 mil réis
	Porteiro	12 mil réis
1686	Varredor	8 mil réis
	Guarda-mor	200 mil réis
	Oficial para a reformação (2)	40 mil réis
	Escrivão	30 mil réis
	Escrevente, ajudante do escrivão	
	Guarda (2)	20 mil réis
	Porteiro	12 mil réis
1695	Varredor	8 mil réis
	Guarda-mor	200 mil réis
	Oficial para a reformação (2)	40 mil réis
	Escrivão	40 mil réis
	Escrevente, ajudante do escrivão	
	Guarda (2)	20 mil réis
	Porteiro	12 mil réis
1702	Varredor	8 mil réis
	Guarda-mor	200 mil réis
	Oficial papalista	60 mil réis
	Oficial para a reformação (2)	40 mil réis
	Escrivão	40 mil réis
	Escrevente, ajudante do escrivão	
	Guarda (2)	20 mil réis
1721-1727	Porteiro	12 mil réis
	Varredor	8 mil réis
	Guarda-mor	200 mil réis
	Oficial de reformação (8)	100 mil réis
	Escrivão	40 mil réis
	Escrevente, ajudante do escrivão	
	Livreiro	
	Guarda (2)	20 mil réis
	Porteiro	12 mil réis
	Varredor	8 mil réis

Data	Categoria	Vencimento anual
1753 (Alvará e Regimento de 29 de dez.)	Guarda-mor	430 mil réis
	Escrivão	150 mil réis
	Oficial da reformação (2)	144 mil réis
	Amanuenses	100 mil réis
	Guarda menor (2)	72 mil réis
	Porteiro	72 mil réis
	Varredor	14 mil e 400 réis

Fonte: Ribeiro 2003a, 89-90.

A partir da informação do Quadro 1, é possível verificar que a partir do 3.º quartel do século XVI se nota um reforço do pessoal do arquivo, explicado por um lado, pelo aumento considerável do volume da documentação (nomeadamente incorporações de cartórios de organismos diversos, públicos e privados), numa época em que é evidente a centralização do poder real, e por outro lado, na sequência da reforma iniciada no tempo de D. Manuel I e continuada por seu filho, com vista a valorizar o arquivo. A importância e a segurança atribuídas ao arquivo por essa época ficam evidenciadas nos textos do escrivão Tomé Lopes, ao referir que monarcas, membros da nobreza e da igreja, de países estrangeiros, nele depositavam documentos que consideravam valiosos e cuja conservação pretendiam assegurar (DINIS, 1968, 153).

A este tempo áureo, que valeu ao Arquivo da Coroa ter sido modelo para inspirar a criação do Arquivo de Simancas, sucedeu, como já referimos, uma fase de alguma decadência, durante o período da dominação filipina, tendo o arquivo sido muito negligenciado e, por isso mesmo, sujeito a diversos atos de incúria e abandono (RAU, 1945). Mas, depois de restaurada a independência, encetou-se uma nova era de interesse e preocupação com o arquivo, que se traduziu numa verdadeira reforma, levada a cabo pelo escrivão Jorge da Cunha e pelo guarda-mor, nomeado em 1632, Manuel Jácome Bravo. A importância que foi novamente atribuída ao arquivo traduziu-se, por exemplo, na promulgação de diplomas com determinações relativas à acessibilidade e à incorporação de documentos, tanto no reinado de D. João IV (RIBEIRO 1819, 37-38), como no de D. Pedro II, mas foi com a nomeação para guarda-mor, do engenheiro Manuel da Maia, em 12 de fevereiro de 1745, que se aprofundou a reforma começada no século XVII (BAIÃO, 1942). Infelizmente, este trabalho, que paulatinamente se ia consolidando, viu-se abruptamente interrompido por força do terramoto de 1755, o qual teve como consequência a mudança do arquivo para outro local — o Mosteiro de São Bento — e exigiu um esforço enorme para a reconstituição do acervo documental e a reorganização do serviço.

SÉCULO XVIII – UM TEMPO DE ASCENSÃO (E QUEDA) DO ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO

A primeira metade do século XVIII foi uma época de grande atividade no Arquivo, em que se verificou o aprofundamento da reforma iniciada no século anterior com o escrivão Jorge da Cunha e o guarda-mor Manuel Jácome Bravo. Foi um período em que se fez sentir um forte investimento na organização do acervo e na produção de instrumentos de acesso à informação (reportórios, índices e inventários). Nesta matéria foi muito relevante o provimento progressivo de pessoal qualificado para incrementar o trabalho arquivístico e teve um papel importantíssimo a Academia Real da História Portuguesa, instituída em 1720, pois fez aumentar muito a consulta dos documentos, pela necessidade de se copiarem os que eram de interesse para os académicos e de aumentar a produção de índices e inventários. Os anos de 1713 a 1742, em que foi guarda-mor João Couceiro de Abreu e Castro, foram particularmente proveitosos quanto à elaboração de índices das várias chancelarias régias, tendo sido dado novo incremento a esta atividade com a nomeação do guarda-mor seguinte, o engenheiro Manuel da Maia, em 1743 (ver Quadro 2), cujo papel foi fundamental aquando do terramoto de 1755 na organização da mudança do arquivo para o Mosteiro de São Bento. Contudo, a elaboração de um instrumento de pesquisa, que permitisse controlar e identificar o acervo global do arquivo, só veio a concretizar-se em 1776, no tempo do guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, com o *Inventário dos livros, maços e documentos que se guardam no Real Archivo da Torre do Tombo* (REBELO, 1904).

Importa, ainda, realçar a criação, por alvará de 6 de janeiro de 1796, de uma cadeira de Diplomática, anexa à Universidade de Coimbra, regida pelo lente João Pedro Ribeiro, para dar um impulso ao exame, leitura e cópia de diplomas, requisito formativo essencial para preparar profissionais capazes de exercer atividade no arquivo. A necessidade de prover os meios técnicos necessários ao bom funcionamento desta Aula de Diplomática levou a que a mesma fosse transferida para a Torre do Tombo, em 1801, passando a ser obrigatória a sua frequência para quem pretendia ser admitido como escriturário ou oficial no Real Arquivo (RIBEIRO, 1819, 45-46).

Quadro 2. Instrumentos de acesso à informação produzidos no século XVIII no Arquivo da Torre do Tombo

Data de produção	Título / Designação	Autor	Responsável(eis) do arquivo	Forma física	Ref.ª no <i>Index indicum</i> ⁶
[17--] (?)	Alfabetos em borrão das chancelarias dos Snrs. Reis D. Manuel, D. João III e D. Sebastião			Cadernos avulsos (1 pasta)	N.º 30
[17--] (?)	Alfabetos em borrão das chancelarias dos Snrs. Reis D. Sebastião e Filipes I, II e III			Cadernos avulsos (1 pasta)	N.º 31
[17--] (?)	D. João IV. Chancelaria. Proprios e comuns			3 vol.	N.º 41
[17--]	D. Sebastião, D. Henrique e D. Antonio. Chancelaria			2 vol.	N.º 26
1713	D. Pedro II. Chancelaria. Proprios e comuns			2 vol.	N.º 47
[1713-1742]	Moradores da Casa Real que constam das Ementas		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 3
[1713-1742]	D. Afonso II. Ind[íce] das Inquirições de 1258		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 53
1715	D. João I. Doações e aforamentos. L. ^{os} 1.º a 5.º		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 9
1715	Filipe II. Padrões, doações, ofícios e mercês		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Pedro Semedo Estaço	2 vol.	N.º 37
1716	D. Dinis. Índice da chancelaria e dos L. ^{os} 1.º a 10.º das Inquirições		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 5

⁶ O trabalho de João Martins da Silva Marques, intitulado *Index indicum* (Marques 1935) foi utilizado como fonte para selecionar os instrumentos de acesso à informação, produzidos no século XVIII e que chegaram até à atualidade. É difícil detetá-los a todos com exatidão, pois uma parte significativa das 657 referências compiladas no trabalho de Silva Marques não tem data de produção. Mesmo assim, foi possível identificar 65 instrumentos de acesso à informação.

Data de produção	Título / Designação	Autor	Responsável(eis) do arquivo	Forma física	Ref.ª no <i>Index indicum</i>
1716	D. Afonso IV. Inquirições, L.º 1.º e Chancelaria L.º 5.º		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 6
1716	D. Fernando. Ind[íce] dos L.ºs 1.º e 2.º		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 8
1717	D. Afonso III. Chancelaria, inquirições e foraes. Proprios e comuns		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 4
1717	D. Pedro I. Chancelaria. Proprios e comuns		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 7
1719	D. Afonso V. Doações e mercês. 1438-1481		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 11
[172-]	D. Duarte. L.ºs 1.º e 2.º			1 vol.	N.º 10
1720	Crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 50
1720	Crónica de D. Sancho I, por Rui de Pina		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 51
1720	Crónica de D. Sancho II, por Rui de Pina		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 52
1721	D. João II. Doações e mercês		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 14
1723	D. João III. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 23

*Daqui Houve Nome o Arquivo da Torre do Tombo: O Funcionamento do
Arquivo Régio no Castelo de São Jorge (Séculos XIV a XVIII)*

Data de produção	Título / Designação	Autor	Responsável(eis) do arquivo	Forma física	Ref.^a no Index indicum
1725	D. Sebastião, D. Henrique e D. Antonio. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 28
1725	Filipe I. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 34
1725	Filipe III. Padrões, doações, ofícios e mercês		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 39
1725	Filipe III. Privilegios e legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 40
1726	D. João III. Chancelaria. Proprios		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	3 vol.	N.º 20
1726	D. João III. Chancelaria. Comuns		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 21
1726	D. João III. Privilegios		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 24
1726	D. Sebastião e Filipe I e II. Confirmações geraes		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 27
1726	D. Sebastião, D. Henrique e D. Antonio. Privilegios		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 29
1726	Filipe I. Privilegios	Luís Moró	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 35
1726	Filipe II. Privilegios e Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 38
1726	D. João IV. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 42
1726	D. Afonso IV. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 46
1726	D. Pedro II. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 48

Data de produção	Título / Designação	Autor	Responsável(eis) do arquivo	Forma física	Ref.ª no <i>Index indicum</i>
1726	D. Pedro II. Privilegios		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 49
1727	D. Manuel. Chancelaria		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 17
1728	Alfabeto do que ficou por alfabetar da Chancelaria do Snr. Rei D. Afonso IV...	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 12
1728	D. João II. Aditamentos. Proprios e comuns		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 15
1729	Alfabeto do que ficou por alfabetar da chancelaria [de D. Manuel]	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 18
1729-1730	Alfabeto mistico	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	2 vol.	N.º 55
1731	Alfabeto das leis modernas e ordenações antigas...	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 447
1732	Alfabeto de todas as bulas que se acham neste Real Arquivo	Alexandre Manuel da Silva	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 1
1732	Alfabeto das igrejas e mosteiros do padroado real que estão lançadas no 1.º e 2.º livro delas da Casa da Coroa e também do livro que compôs Gaspar Alvares de Lousada...	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 61A
1734	D. Afonso V. Perdões e legitimações, los. 1.º e 2.º		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 13
1734	D. João II. Legitimações		Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro; escrivão: Alexandre Manuel da Silva	1 vol.	N.º 16

*Daqui Houve Nome o Arquivo da Torre do Tombo: O Funcionamento do
Arquivo Régio no Castelo de São Jorge (Séculos XIV a XVIII)*

Data de produção	Título / Designação	Autor	Responsável(eis) do arquivo	Forma física	Ref.^a no Index indicum
1734	Alfabeto das legitimações (...) dos livros delas que estão nas estantes da Casa da Coroa. Leitura Nova	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	1 vol.	N.º 19
1741	Filipe I. Chancelaria. Proprios e comuns	António Dantas Barbosa	Guarda-mor: João Couceiro de Abreu e Castro	2 vol.	N.º 33
1744	D. João IV. Padrões, doações, mercês e ofícios	José Policarpo da Cunha	Guarda-mor: Martinho de Mendonça Pina e Proença	2 vol.	N.º 43
1749	Redução do Índice das Comunidades ou da Miscelanea (...) na forma regular. D. João III	Manuel da Maia	Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 22
1751	Concordancia alfabetica de todas as igrejas e mosteiros do padroado real do Reino de Portugal (...) extraídas dos l.ºs das Chancelarias...		Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 555
1751-1753	Inv[entário] das Bulas, Breves e Transuntos Pontificios que se acham no Arq.º da Torre do Tombo		Guarda-mor: Manuel da Maia	2 vol.	N.º 73
[post. 1761]	D. João V. Perdões e legitimações		Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 49B
1762	D. João V. Doações, ofícios, mercês, padrões. Proprios e comuns		Guarda-mor: Manuel da Maia	11 vol.	N.º 49A
1764	Índice do C.[orpo] C.[ronologico] dividido em tres partes		Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 204
1765	Índice dos XV L.ºs das Ementas (...) desde o ano de 1526 até o de 1656...		Guarda-mor: Manuel da Maia	2 vol.	N.º 229
1765	Índice dos docs. que se guardam nas XX Gavetas antigas deste Real Archivo da Torre do Tombo		Guarda-mor: Manuel da Maia; escrivão: Eusébio Manuel da Silva	2 vol.	N.º 241

Data de produção	Título / Designação	Autor	Responsável(eis) do arquivo	Forma física	Ref.ª no Index indicum
1767	Índice alfabético dos 10 m. ^{os} de moradias da Casa Real que contem os nomes e foros das pessoas que servirão os Senhores Reis D. Manuel e D. João III, Rainha D. Catarina e Infante D. Luis desde o ano de 1504 até 1575		Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 96
1767	D. Sebastião, D. Henrique e D. Antonio. Doações, ofícios, mercês. Proprios e comuns		Guarda-mor: Manuel da Maia	2 vol.	N.º 137
1767	D. Sebastião, D. Henrique e D. Antonio. Doações, ofícios e mercês. Comuns		Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 138
1767	D. Sebastião, D. Henrique e D. Antonio. Privilegios. Proprios e comuns		Guarda-mor: Manuel da Maia	1 vol.	N.º 139
1776	Invent[ário] dos los, mos. e docs. que se guardam no R. Arquivo da T. T.		Guarda-mor: João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho	1 vol.	N.º 56
[post 1776]	Extracto do Real Arquivo da Torre do Tombo	José Pedro de Miranda Rebelo	Guarda-mor: João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho	1 vol.	N.º 57
1789	Colecção das leis e outros docs. que se acham no R. Arq. da T. T. respectivos á proibição dos corpos de mão morta possuirem bens de raiz sem licença regia e de algumas dispensas das ditas leis. Ordenada cronologicamente desde a era de 1249 até o presente ano de 1789		Guarda-mor: João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho	1 vol.	N.º 454A
1790	Mapa topografico por ordem alfabetica dos 234 contratos feitos entre o Snr. Rei D. João III e algumas cidades, vilas, conce-lhos e lugares sobre as quantias certas do pagamento das sisas conforme o disposto nas cortes de Torres Novas do ano de 1525...	João Carlos Portelli	Guarda-mor: João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho	1 vol.	N.º 576A

Fonte: Ribeiro 2003a, 110-116.

A CAMINHO DE UMA NOVA FASE E DE UMA NOVA MISSÃO...

A reforma do arquivo, que aos poucos se ia consolidando, vai ser interrompida com o terramoto de 1755, que provocou a derrocada da torre do castelo onde o mesmo estava instalado. A mudança para o Mosteiro de São Bento, dois anos depois, implicou um trabalho imenso de reorganização dos fundos documentais e de reestruturação do serviço, que Manuel da Maia empreendeu com grande eficiência (BAIÃO 1942). Estava-se, porém, numa altura em que as concepções iluministas muito influenciavam os critérios seguidos na reorganização dos arquivos, não privilegiando a reconstituição da ordem original dos documentos, a qual, no caso presente, se havia desfeito com o desmoronamento do edifício, ficando a documentação numa enorme confusão, com livros desmembrados, cadernos e documentos avulsos misturados e sem qualquer ordenação. A reorganização pautou-se por métodos “em moda” na época, ou seja, o uso de classificações metódicas, de base intelectual e não orgânica. Foi assim que nasceram coleções de documentos, ordenadas cronologicamente, de que são exemplos o *Corpo Cronológico* (coleção formada por 525 maços, num total de 82.902 documentos, essencialmente constituída pelos “papéis” de Pêro de Alcáçova Carneiro, incorporados na Torre do Tombo em 1569), ou o *Bullarium* (coleção formada por documentos pontifícios que se achavam nas Secretarias de Estado e que Manuel da Maia incorporou no arquivo em 1751) ou ainda as *Cartas Missivas* (coleção constituída por 1.717 originais quinhentistas, em que foram misturados vários tipos de documentos como ordens régias, petições, mandados, notas avulsas, etc.).

O inventário geral da documentação, elaborado no tempo do guarda-mor, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, traduz já esta nova concepção iluminista, sendo muito interessante a sua comparação com inventários anteriores ao terramoto, que evidenciam a organização natural/orgânica do arquivo.

À semelhança do que sucedera após a Revolução Francesa com a criação dos Archives Nationales — onde foram concentrados os cartórios de que o Estado se apropriou, na sequência das nacionalizações dos bens da igreja e da nobreza, e os cartórios dos organismos do governo absolutista que haviam sido extintos —, em Portugal, depois da revolução liberal de 1820, a Torre do Tombo adquiriu um novo perfil. De arquivo da Coroa passou a arquivo da Nação (no regulamento de 1823 já é designado por Arquivo Nacional da Torre do Tombo), acumulando funções de gestão dos numerosos cartórios que nele foram incorporados. É nesta conjuntura que nascem, portanto, por influência do modelo francês, os primeiros arquivos/serviços públicos, ou seja, instituições criadas especificamente para tratar e gerir sistemas de informação arquivística que, por determinações legais, passam a custodiar. No caso português não foi criada, de raiz, uma instituição para cumprir este desiderato, mas foi alterada substancialmente a matriz original do Arquivo da Coroa. Continuou a desenvolver-se como sistema de

informação do governo central (primeiramente era apenas o arquivo régio, mas à medida que o próprio Estado se desenvolvia foi concentrando a documentação produzida pelas estruturas governativas que se tornavam cada vez mais complexas), mas ao mesmo tempo alargou a sua função de serviço público, custodiando e dando acesso a toda uma série de outros sistemas de informação arquivística que nele foram integrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Martim de (1990), *A Torre do Tombo e os seus tesouros*. [Lisboa]: Edições Inapa.
- AZEVEDO, Pedro de (1906), “Os Livros da Chancellaria Mor da Corte e Reino”. *Archivo Historico Portuguez* 4: 449-460.
- AZEVEDO, Pedro de & BAIÃO, António (1989) [orig. 1905], *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Ed. fac-similada. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Livros Horizonte.
- AZEVEDO, Rui de (1940), “A Chancellaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII. Linhas gerais da sua evolução.” *Revista da Universidade de Coimbra* 14: 31-80.
- AZEVEDO, Rui de (1967), “O Livro de registo da chancellaria de Afonso II de Portugal (1217-1221).” *Anuario de Estudios Medievales* 4: 35-74.
- BAIÃO, António (1936), “As Certidões da Torre do Tombo no tempo do guarda-mór Fernão Lopes.” *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 2.^a série, 11, 43/44: 111-112.
- BAIÃO, António (1942), “Manuel da Maia como guarda-mór da Torre do Tombo.” *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 2.^a série, 16: 80-86.
- BARBOSA, J. de Vilhena (1874), “Creação dos archivos na Europa. Archivo da Torre do Tombo em Lisboa.” In *Estudos historicos e archeologicos*, 1-21. Lisboa: Typographia Castro Irmão.
- BROCHADO, Costa (1944), “O Terramoto de 1755 e a Torre do Tombo.” *Diario de Lisboa* 24: 7886 (6 nov.) 10.
- BROCHADO, Costa (1945), “O Terramoto de 1755 e a Tôrre do Tombo”. *Brotéria*. 40: 5 (maio 1945) 494-497.
- COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1995), *Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII.^e-XV.^e siècles)*. Porto: [s. n.].
- COSTA, Avelino de Jesus da (1975), “La Chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIII.^e siècle”. *Revista Portuguesa de História* 15: 143-169.

COSTA, José Pereira da (1980), “O Arquivo Nacional da Torre do Tombo.” *Revista de História Económica e Social* 6: 97-103.

COSTA, José Pereira da (1994), “Torre do Tombo”. In *Dicionário da História de Lisboa*, dir. SANTANA, Francisco & SUCENA, Eduardo, 925-929. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

CRUZ, António (1968), “Arquivos portugueses.” *Dicionário de História de Portugal*, dir. SERRÃO, Joel, vol. 1, 201-206. [S. l.]: Iniciativas Editoriais.

DINIS, António Joaquim Dias (1968), “Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo”. *Anais – Academia Portuguesa da História* 2.^a série, 17: 115-158.

MARQUES, A. H. de Oliveira [1975], “Leitura Nova.” *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. 3, 475-476, [S. l.]: Iniciativas Editoriais.

MARQUES, João Martins da Silva (1935), *Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ensaio de um manual de heurística e arquivologia. I – Index indicum*. Lisboa: [s. n.]. (Sep. de *Ethnos*. 1).

PESSANHA, José (1906), “A Torre do Tombo.” *Serões: revista mensal ilustrada*. 2.^a série, vol. 2, 12: 458-469; vol. 3, 13: 29-38.

RAU, Virgínia (1945), *A Torre de Tombo em 1631*, Lisboa, [s. n.].

REBELO, José Pedro de Miranda (1904) [orig. post 1776], *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo offerecido à augustissima rainha e senhora D. Maria I*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Fernanda (2003a), *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2 vol.

RIBEIRO, Fernanda (2003b), “Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?” In *Os Reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Coord. FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos & SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, vol. 3, 1401-1414. Porto: Livraria Civilização Editora; Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf>. Acesso em 2024.09.26.

RIBEIRO, Fernanda (2020), “Arquivo Nacional da Torre do Tombo.” In *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, [em linha], coord. MATOS, Sérgio Campos. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa. https://dichp.bnportugal.gov.pt/instituicoes/instituicoes_torre_tombo14.htm. Acesso em 2024.09.26.

RIBEIRO, João Pedro (1810), *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e a jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia R. das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typographia da mesma Academia. Tomo 1, n.º LXXXVIII.

RIBEIRO, João Pedro (1819), *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*. Lisboa: Na Impressão Regia.

RIBEIRO, José Silvestre (1871), *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias. vol. 1.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis [1989?], *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas. Año 1588*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos.

SILVA, Armando Malheiro da, et al. (1999), *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento.

VITERBO, Sousa (1895), *Damião de Goes e D. Antonio Pinheiro. Apontamentos para a biographia do chronista de D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade.